

resposta foi dito que necessariamente não implica no aumento do re-
 -passe, já que o percentual orçado de gasto destinado à educação, já
 estava bem maior que o mínimo de 15%, e a maioria das recei-
 -tas arrecadadas eram de emendas parlamentares para a saúde,
 mas que nada impediria a Secretaria de planejamento aumen-
 -tar o orçamento da educação. Na apresentação dos demons-
 -trativos das despesas, explanou sobre a sua definição, deta-
 -lhando as despesas por categoria, por secretaria e as despesas
 empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo financeiro no dia
 31 de agosto, informando que grande parte do recurso eram
 de contas vinculadas como as das emendas parlamentares,
 e as de conta movimento informando quais tinham os valores maiores
 no seu saldo. Deu como exemplo a despesa com folha de pagamento de
 competência agosto para sanar as dúvidas entre despesa empenhada,
 liquidada e paga, onde fixou o valor pago da folha de pagamento
 relativo ao mês de agosto só apareceria no demonstrativo do ter-
 -ceiro trimestre, devido seu pagamento ser realizado até o
 quinto dia útil do mês seguinte. Na sequência apresentou os demons-
 -trativos do resultado primário e nominal, explicando como é feito o
 cálculo e a diferença na meta, passou em seguida para o demonstrativo
 de restos a pagar e pessoa, informando que estamos abaixo do
 limite e respondendo como se chega nos valores, passou para os
 demonstrativos da educação que não atingiu o percentual mínimo,
 e o demonstrativo da saúde que apresentou um percentual mui-
 -to mais alto do limite mínimo de gastos com recursos próprios,
 foi sanado algumas dúvidas e informado que todos os demons-
 -trativos apresentados na audiência, as mesmas informações se
 encontram no site oficial da prefeitura na parte da contabilidade,
 e não havendo mais dúvidas, deu-se por encerrado a audiência.
 Eu, Vânia Sayoni Silvano dos Santos, subscrevi a presente ata
 e que vai assinada por mim e confirmada pelos demais por meio de
 lista de presença, RG 30.663.141-6
 Dos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de

dois mil e vinte e seis, às dezessete horas e trinta e cinco minutos, no Auditório da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Meu Ricante, teve início a Audiência Pública relativa aos metas fiscais do terceiro quadrimestre do ano de dois mil e vinte e seis, onde a Senhora Suzeli de Araújo Ribas, diretora de Contabilidade presidiu a audiência, lamentando a falta de participantes e ressaltando a importância dos encontros quadrimestrais para maior comunicação e controle de execução do planejamento em curso. Iniciou explanando sobre as datas dos encontros, a Lei de Responsabilidade Fiscal e onde se encontram no portal de transparência na página institucional da prefeitura todos os demonstrativos mensais, bimestrais, trimestrais e os quadrimestrais para acompanhamento. Apresentou gráficos e planilha comparativa da arrecadação entre a arrecadação, metas e percentual atingido, detalhando as principais arrecadações e principalmente sobre as emendas parlamentares e suas vinculações, o aumento na arrecadação de FPM e a continuidade da queda de arrecadação nos royalties, passando para os demonstrativos das despesas, passando para a apresentação do quadro de pessoal que ficou abaixo do limite, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, os custos a pagar diminuir, apresentou o demonstrativo de resultado primário e nominal explicando como se fez o cálculo, informando qual era a dívida consolidada do município e o valor de saúde bancado no final de exercício. A Senhora Priscila Berbigão fez alguns questionamentos sobre as emendas parlamentares, de execução das despesas e outras perguntas, que foram respondidas e sanadas todas.

as dúvidas e estando todas as dúvidas
esclarecidas e não havendo mais nada a tratar
na audiência deu-se por encerrada a reunião às
dez e seis horas e quarenta e sete minutos. Eu, Juliana
Gonçalves de Aquino, subscrevi essa ata que vai
assinada por mim e confirmada pelos demais
presentes na lista de presença. JGA, RG 489399021.